

REPRESENTAÇÃO E NARRATIVIZAÇÃO IDENTITÁRIA DE ATORES SOCIAIS DO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO NO GÊNERO REPORTAGEM

(Representation and identity narrativization of social actors in the Brazilian political field in news report genre)

Amanda Oliveira Rechetnicou¹

(Universidade Estadual de Goiás – UEG)

Sostenes Lima²

(Universidade Estadual de Goiás – UEG)

ABSTRACT

This work aims to discuss potential ideological meanings of representation of social actors in the construction of identity narrativization in report genre. Based at Critical Genre Analysis (CGA) and theoretical and analytical model by van Leeuwen (1997), the study presents an analysis focusing on representation and identification of social actors of the political field. The corpus consists of news reports of March 2015 the weekly news magazine CartaCapital, Época, IstoÉ and Veja. The results show that the different ways of representing social actors are potential to construction the identity narrativization and to legitimation of political and partisan positions.

Keywords: *Identity narrativization. Representation of social action. News report genre.*

RESUMO

Este trabalho busca discutir sentidos ideológicos potenciais da representação de atores sociais na construção da narrativização identitária no gênero reportagem. Com base na Análise Crítica de Gêneros (ACG) e no modelo teórico-analítico de van Leeuwen (1997), o estudo apresenta uma análise com foco na representação e identificação de atores sociais do campo político. O corpus de investigação é composto por reportagens de março de 2015 das revistas semanais de informação CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja. Os resultados apontam que os diferentes modos de representação de atores sociais são potenciais na construção da narrativização identitária e na legitimação de posicionamentos político-partidários.

Palavras-chave: *Narrativização identitária. Representação de atores sociais. Gênero reportagem.*

Introdução

Gêneros jornalísticos desempenham papel fundamental na produção e legitimação de representações e identificações específicas que, quando se tratam de questões políticas, podem influenciar a formação da opinião pública sobre eventos e ações da esfera político-partidária.

¹ Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (MIELT/UEG).

² Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás.

No caso do gênero reportagem de revista semanal de informação, as estratégias de narrativização podem legitimar e naturalizar modos específicos de identificar atores sociais do campo político em favor de interesses e posicionamentos político-ideológicos e partidários.

A construção identitária para líderes políticos brasileiros nesse gênero discursivo pode ser, portanto, considerada um problema social e discursivo, principalmente por estar associada a projetos de manutenção ou mudança de relações de poder e lutas hegemônicas. Considerando que diferentes estratégias são usadas na construção de narrativizações investidas de compromissos ideológicos e políticos, partimos do pressuposto de que o gênero reportagem pode atuar efetivamente influenciando práticas políticas e posicionamentos partidários.

Por conseguinte, temos como objetivo, neste trabalho, interpretar aspectos discursivos e efeitos potencialmente ideológicos da representação de atores sociais na construção de narrativizações identitárias para políticos brasileiros em reportagens de revista semanal de informação. A representação pode ser usada como uma estratégia significativa na (re)produção de diferentes modos de identificar atores sociais, principalmente quando está relacionada a sentidos e “interesses particulares projetados para estabelecer e sustentar relações de dominação” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 26).

Este artigo apresenta um breve recorte da pesquisa de mestrado da autora, realizada no Programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG), sob orientação do professor Autor 2. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto “Gêneros em revista: análise sociorretórica e discursiva de gêneros em revistas semanais de informação”, coordenado pelo Autor 2, que tem como objetivo principal analisar a configuração discursiva, genérica e textual da revista semanal de informação, a partir de aportes da Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), Análise Crítica de Gêneros (ACG) e Análise de Discurso Crítica (ADC).

O trabalho “Narrativizações identitárias e modos de identificação no gênero reportagem: um estudo a partir da Análise Crítica de Gêneros” (Autora 1, 2016), do qual deriva este artigo, teve como objetivo analisar sentidos ideológicos potenciais na construção de narrativizações identitárias no gênero reportagem, problematizando o papel do gênero na legitimação de modos particulares de identificar políticos brasileiros. Tomando reportagens das revistas semanais de informação *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, a pesquisa realizou a análise segundo quatro categorias baseadas, sobretudo, na Linguística Sistêmico-Funcional

(LSF) e na Análise de Discurso Crítica (ADC): a representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997), o sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), a representação metafórica (LAKOFF; JOHNSON, 2002) e as estruturas visuais (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

No presente artigo, apresentamos parte do trabalho que analisa a representação de atores sociais com foco nos efeitos da representação sobre a construção da narrativização identitária. Na primeira seção, apresentamos uma breve discussão sobre a abordagem da Análise Crítica de Gêneros (ACG) e asserções teóricas da Análise de Discurso Crítica (ADC) que fundamentam o estudo. Discutimos também sobre o conceito de narrativização identitária e sobre aspectos fundamentais da representação de atores sociais segundo o modelo teórico-analítico de van Leeuwen (1997). Nas seções seguintes, apresentamos os aspectos metodológicos e uma análise de reportagens das revistas *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Por fim, evidenciamos algumas conclusões e reflexões sobre a análise e os resultados obtidos.

1. Abordagens teóricas

Este trabalho situa-se no campo da Análise Crítica de Gêneros (ACG), uma proposta de estudo de gênero em relação ao contexto, com enfoque em problemas sociais, principalmente no que se refere ao papel de gêneros em lutas hegemônicas. É uma perspectiva interdisciplinar porque, segundo Bonini (2012) e Motta-Roth (2008), é constituída a partir da convergência entre a Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), a Análise de Discurso Crítica (ADC) e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

A junção de concepções da ADC à tradição sociorretórica (BONINI, 2012) direcionou a ASG para além da investigação de aspectos retóricos. Isso fez com que a análise de gêneros passasse a investigar problemas sociais e efeitos ideológicos que envolvem a produção, o consumo e a distribuição (FAIRCLOUGH, 2001) de gêneros nas práticas. Já a LSF oferece à ACG ferramentas teórico-analíticas relevantes para a compreensão de gêneros no contexto situacional e de cultura.

A análise de gêneros numa perspectiva crítica se importa com sentidos ideológicos e seus efeitos nas práticas sociais. Ao explicar uma proposta de “estudos de gêneros como ciência social crítica, especialmente no que tange ao estudo dos gêneros jornalísticos”, Bonini (2012, p. 2) descreve a ACG como uma perspectiva ocupada em investigar o papel de gêneros na construção e legitimação de sentidos a serviço do poder (THOMPSON, 2011). Essa

abordagem vai além do estudo de gêneros como ações retóricas tipificadas para abarcar mais precisamente uma discussão sobre as possíveis implicações de gêneros como fator de mudança social.

Neste trabalho, para a análise crítica do gênero reportagem, buscamos interpretar modos pelos quais são construídas narrativizações identitárias para a legitimação de identificações particulares e posicionamentos políticos e ideológicos. Nesse sentido, apresentamos brevemente uma discussão sobre o conceito de narrativização identitária e aspectos importantes a serem considerados na análise da representação de atores sociais.

1.1 A narrativização identitária e o gênero reportagem

A narrativização identitária consiste num processo em que narrativas são construídas em gêneros com o intuito de legitimar maneiras particulares de identificar atores sociais. Trata-se de uma estratégia de operação de ideologias dominantes acerca do modo como nos identificamos e identificamos outras pessoas. Thompson (2011) situa a narrativização entre as estratégias típicas de construção simbólica que operam na legitimação de relações de dominação. Essa estratégia diz respeito a modos pelos quais histórias são representadas e/ou reproduzidas como legítimas, justas e dignas de apoio.

A análise da narrativização identitária leva em consideração tanto aspectos ligados a modos de identificação quanto a modos de ação e de representação. Fairclough (2003) propõe que a ADC considere dialeticamente gêneros, discursos e estilos. Gêneros como modos de ação e interação social, ligados ao significado acional; discursos como modos de representação e, portanto, relacionados ao significado representacional; e estilos como modos de identificação, referente ao significado identificacional. Nessa relação dialética, discursos são interpretados em gêneros e apontados em estilos, enquanto ações e identidades (gêneros e estilos) são representadas em discursos.

Partindo das concepções da ADC, a ACG tem como foco a investigação de gêneros em relação a representações e identificações. Toma como “contexto inicial da análise as práticas sociais desiguais (...) a partir das quais representações, relações sociais e identidades podem ser investigadas em termos de gênero” (BONINI, 2012, p. 6). Segundo Meurer (2005), a análise de gêneros, sob influência da ADC, possibilita compreender três aspectos importantes: a) como conhecimentos e crenças estão sendo representados em gêneros; b) que tipo de relações sociais o gênero reflete ou estabelece; e c) quais as identidades ou os papéis

sociais envolvidos no gênero. A ACG reconhece que gêneros “reconfiguram ou criam discursos, vistos aqui como as representações que caracterizam os estados do mundo, os seres sociais (as identidades) e os tipos de práticas e ações permitidas (as relações sociais)” (BONINI, 2011, p. 694).

O processo de narrativizar, portanto, pode incluir tanto a construção de identificações (significado identificacional) como também “processos de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (significado representacional), e processos de construção, manutenção e subversão de papéis sociais e relações sociais (significado acional/relacional)” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 131).

O gênero reportagem, devido a suas configurações sociorretóricas, peculiarmente constrói narrativizações em torno de eventos e atores sociais. Consiste num gênero, que nas práticas jornalísticas, está atrelado à ação retórica de informar e interpretar acontecimentos da realidade social por meio da construção de narrativas jornalísticas. A mídia jornalística cria histórias que narram um acontecimento da realidade, fragmentando-o num processo altamente interpretativo. Essas narrativas podem, por exemplo, dissimular as relações sociais entre governantes e governados/as ou podem ser conectadas a relações políticas em alto nível para legitimar relações de dominação.

No gênero reportagem, a construção de *narrativizações identitárias* é uma das estratégias de operação e legitimação de ideologias nas práticas sociais, que podem servir a projetos de dominação e manutenção das desigualdades de poder. A análise dessa estratégia, a partir dos recursos de representação de atores sociais, coloca em evidência a dialética entre ação, representação e identificação. Consideramos que a representação em reportagens pode ser um importante mecanismo de construção de narrativizações que visam legitimar identificações particulares para atores sociais do âmbito político.

1.2. A representação de atores sociais

A proposta teórico-analítica desenvolvida por van Leeuwen (1997) da representação de atores sociais tem como base a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e apresenta um “inventário semântico social dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados” (p. 169). O quadro a seguir contém uma síntese das categorias referentes à representação de atores sociais:

Quadro 1: Síntese das categorias de representação de atores sociais

Exclusão	Supressão					
	Encobrimento (segundo plano)					
Inclusão	Ativação					
	Passivação	Sujeição				
		Beneficiação				
	Participação					
	Circunstancialização					
	Possessivação					
	Personalização	Determinação	Nomeação			
			Categorização	Funcionalização		
				Identificação	Classificação	
					Identificação relacional	
					Identificação física	
			Avaliação			
			Determinação única			
			Sobredeterminação			
		Indeterminação				
		Generalização				
		Especificação	Individualização			
			Assimilação	Coletivização		
	Agregação					
	Impersonalização	Abstração				
Objetivação						

Fonte: Quadro adaptado de Resende e Ramalho (2006), com base em van Leeuwen (1997)

O primeiro aspecto da representação considerado por van Leeuwen (1997) é a presença ou ausência de atores sociais no texto. Segundo o autor, “as representações incluem ou excluem atores sociais para servir a seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (p. 180). A exclusão ocorre por supressão de menções a atores sociais ou por encobrimento, quando são colocados em segundo plano. Já a inclusão considera os diferentes modos pelos quais atores sociais podem ser representados.

As escolhas semânticas referentes à representação podem ter implicações ideológicas importantes para a compreensão de como se constrói identificações específicas em reportagens. Na análise, duas categorias foram consideradas básicas por sua recorrência na

representação de líderes políticos no gênero: a personalização, por nomeação e por funcionalização, e a especificação, que ocorre por coletivização.

Segundo Van Leeuwen (1997), “nos jornais dirigidos à classe média os agentes e especialistas governamentais tendem a ser referidos especificamente” (p. 191). Para o autor, as narrativas da imprensa dão preferência pela nomeação e categorização dos atores sociais porque assim eles tornam-se pontos de identificação para o/a leitor/a. Já a especificação ocorre no gênero essencialmente a partir da assimilação por coletivização, um recurso pelo qual os atores sociais são referidos como um grupo em particular, pela pluralidade ou por substantivo que designa tal grupo.

Outras categorias também foram importantes para análise da representação: a categorização por identificação (personalização) e à impersonalização por objetivação. A categorização por identificação ocorre a partir de escolhas que representam líderes políticos segundo uma classificação específica ou segundo suas relações sociais (identificação relacional). A impersonalização por objetivação ocorre por meio de referências institucionais.

2 Aspectos teórico-metodológicos

O gênero reportagem desempenha papel fundamental no processo de produção e mediação da informação em contextos urbanos e letrados. Por ser um gênero interpretativo e por tecer narrativas mais aprofundadas de acontecimentos da realidade social, a análise de reportagens garante maior possibilidade de reflexão sobre ações e práticas sociais.

O *corpus* do trabalho é constituído pela edição de 25 de março de cada uma das quatro revistas semanais de informação brasileiras de maior tiragem e circulação – *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Seguem os dados das edições analisadas e as fotos de capa:

CartaCapital, n. 842, 25 de março de 2015. Capa: “O governo no breu”.

Época, n. 876, 23 de março de 2015. Capa: “O partido esmagado”.

IstoÉ, n. 2364, 25 de março de 2015. Capa: “As trapaças do duque do petróleo”.

Veja, n. 2418, 25 de março de 2015. Capa: “A súbita força de Eduardo Cunha”.

Figura 1: Capas das edições das revistas



Fontes: *CartaCapital*, n. 842 (capa); *Época*, n. 876 (capa); *IstoÉ*, n. 2364; *Veja*, n. 2418 (capa)

As reportagens selecionadas informam/interpretam sobre acontecimentos relacionados ao governo e ações da presidenta Dilma Rousseff, posteriores às manifestações que ocorreram no Brasil, em 15 de março de 2015. Têm como foco as reações do governo às manifestações, acontecimentos na Câmara dos Deputados envolvendo Eduardo Cunha e Cid Gomes e os resultados publicados na semana sobre as investigações de corrupção na Petrobras.

Foram selecionadas seis reportagens da edição n. 842 da revista *CartaCapital*, conforme as informações do quadro a seguir:

Quadro 2: Reportagens de *CartaCapital*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>CartaCapital</i>	Começar de novo?	André Barrocal	14-17
R2- <i>CartaCapital</i>	O Brasil explica a si mesmo	Mino Carta	18-21
R3- <i>CartaCapital</i>	O fim do mito da civilidade política	Marcos Coimbra	22-23
R4- <i>CartaCapital</i>	Sobre marchas e contramarchas	Luiz Gonzaga Beluzzo	24-25
R5- <i>CartaCapital</i>	A era da fúria	Antonio Luiz M. C. Costa	26-27
R6- <i>CartaCapital</i>	A Lava Jato abre o leque	Fabio Serapião	28-32

Os principais atores sociais representados nas reportagens são: Dilma Rousseff, atual Presidenta do Brasil; Lula, ex-presidente do país; Fernando Henrique Cardoso, também ex-presidente do Brasil; Aécio Neves, Senador por Minas Gerais; Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; e Cid Gomes, na época Ministro da Educação.

Da revista *Época*, foram selecionadas quatro reportagens da edição n. 876. São as seguintes reportagens:

Quadro 3: Reportagens de *Época*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>Época</i>	Lavando o PT a jato	Filipe Coutinho	32-35
R2- <i>Época</i>	O PT enfrenta sua maior crise	Alberto Bombig	36-37
R3- <i>Época</i>	Olha a lâmina	Leandro Loyola	38-39
R4- <i>Época</i>	E a casa de Cid caiu	Leandro Loyola	40-41

Os principais atores representados são: a presidenta Dilma Rousseff; o ex-presidente Lula; Aloizio Mercadante, então Ministro-chefe da Casa Civil; o ministro Cid Gomes; e líderes do PT de modo coletivo.

Para análise dos modos de identificação na revista *IstoÉ*, foram selecionadas sete reportagens da edição n. 2364, conforme informações apresentadas no quadro 4:

Quadro 4: Reportagens de *IstoÉ*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>IstoÉ</i>	Os esquemas do Duque	Josie Jeronimo	38-43
R2- <i>IstoÉ</i>	Conselhos pagos a ouro	Eumano Silva	44
R3- <i>IstoÉ</i>	Dilma encastelada	Izabelle Torres	48-53
R4- <i>IstoÉ</i>	Cid perde a cabeça	Ludmilla Amaral	54-55
R5- <i>IstoÉ</i>	De novo, a culpa é (só) do tesoureiro	Josie Jeronimo	56-57
R6- <i>IstoÉ</i>	Censura com dinheiro público	Reportagem não assinada	58-59
R7- <i>IstoÉ</i>	FIES, a barbearagem do governo	Camila Brandalise	60-62

As cinco primeiras reportagens de *IstoÉ* são narrativas que enfatizam atores sociais específicos, dentre eles: líderes do PT de modo coletivo; José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil; a presidenta Dilma Rousseff; o ministro Cid Gomes; e João Vaccari Neto, na época Secretário de Finanças e Planejamento do PT. Já as duas últimas reportagens estão voltadas para acontecimentos sobre ações do governo da presidenta.

Da revista *Veja*, foram selecionadas as seguintes reportagens da edição n. 2418:

Quadro 5: Reportagens de *Veja*

Reportagem (R)	Título	Autores/as	Páginas
R1- <i>Veja</i>	O poderoso Cunha	Adriano Ceolin	50-56
R2- <i>Veja</i>	O populismo cobra fatura	Daniela Macedo	60
R3- <i>Veja</i>	Adivinhe quem vai pagar	Robson Bonin	62
R4- <i>Veja</i>	O melhor consultor do mundo	Hugo Marques	64-65
R5- <i>Veja</i>	Um diagnóstico perfeito	Reportagem não assinada	66-67
R6- <i>Veja</i>	Levy e seus perigos	Marcelo Sakate	76-78

Os principais atores sociais do campo político representados são o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; a presidenta Dilma Rousseff; o ex-ministro José Dirceu; e Joaquim Levy, quando Ministro da Fazenda.

3. Representação e narrativização identitária de atores sociais do campo político: a análise

3.1 A representação de atores sociais do campo político em *CartaCapital*

Em todas as reportagens do *corpus*, a personalização pode ser considerada uma estratégia discursiva usada para evidenciar as ações e atividades dos líderes políticos representados. Usualmente, os atores sociais são representados por nomeação e funcionalização em razão de sua importância política. No caso das reportagens de *CartaCapital*, esses são os recursos de personalização mais recorrentes. De modo geral, esses atores sociais são representados pelo papel e cargo que exercem no governo ou pela participação em seu partido político, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

- (1) (...) *Cid Gomes* evitou os panos quentes. Ao contrário. Diante do *presidente da Casa, Eduardo Cunha*, símbolo das críticas do *ministro*, pediu desculpas a quem se sentiu pessoalmente ofendido, mas assumiu e repetiu afirmações. (*CartaCapital*, R1, p. 14).
- (2) (...) a avaliação da *presidenta Dilma Rousseff* atravessou altos e baixos. Teve níveis positivos tão elevados quanto aqueles de *Lula*. (*CartaCapital*, R3, p. 22).

A nomeação ocorre de modo geral por meio de nomes próprios, de modo formal – “Dilma Rousseff” (2) –, de modo semiformal – “Lula” (2) – ou de modo honorífico: “ministro” (1). A funcionalização, por sua vez, realça o cargo, o papel político ou a atividade institucional dos atores representados – “presidenta” (2), por exemplo. Esses tipos de

funcionalização tornam explícitas as ações políticas, as competências e habilidades dos atores políticos, inclusive o modo como são avaliados, o que pode contribuir para construções identitárias específicas.

Dilma Rousseff, Lula e Fernando Henrique Cardoso são os atores políticos mais recorrentes e, conseqüentemente, são as principais referências de identificação. A recorrência de menções a esses atores especificamente por nomeação e funcionalização lhes confere destaque, principalmente pelo fato de ocuparem ou terem ocupado o maior e mais importante cargo político do país: a presidência da República. A partir desses modos de representação, o texto pode desenvolver processos que favorecem a legitimação de identificações únicas.

Uma construção significativa em *CartaCapital* pode ser observada na articulação entre a representação de modo individual, por nomeação ou funcionalização, e a representação por coletivização:

- (3) Seus segredos, comenta-se nos bastidores, comprometem os *petistas* que transformaram o antigo partido de massas em uma versão vermelha do PMDB, com *caciques* cujo poder se sustenta na influência sobre contratos milionários de estatais do setor privado. (*CartaCapital*, R6, p. 30).

Enquanto a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula são predominantemente representados de modo individual, outros atores sociais são mais frequentemente representados a partir da assimilação coletiva, em especial, por meio da referência a grupos partidários (exemplo 3). Ao serem representados de modo coletivo como “petistas” ou “PMDB”, por exemplo, líderes políticos são identificados também de modo coletivo. Esse é, portanto, um recurso potencial para a construção de identificações que servem a qualquer líder político que pertença ao mesmo grupo/partido. Porém, apesar da filiação de Lula e Dilma ao PT, a revista deixa explícita uma construção específica para esses atores, dissociando-os da identificação que é construída para os “petistas” (3), a partir da coletivização.

A articulação entre a representação por personalização e a representação por coletivização pode, portanto, ser vista como uma estratégia importante para a construção identitária, já que pode contribuir para a construção de uma identificação específica a determinados líderes políticos e, de modo coletivo, a outros.

No trecho (3), podemos destacar também um exemplo de categorização por identificação – uma categoria não muito recorrente nas reportagens da revista. Líderes do PT

e do PMDB são identificados como “caciques” políticos. Esse termo está associado ao “caciquismo político”, que se refere à concessão de favores e cargos a líderes políticos para o exercício de poder sobre zonas eleitorais – um conceito que acresce sentido negativo à identificação dos atores políticos representados, por relacioná-los à prática de corrupção que envolve a concessão de favores e cargos políticos.

Líderes da base política de oposição são frequentemente representados através da coletivização, como “os tucanos” (4), “o PSDB” (5), “os opositores” (6), o que contribui para a construção de uma identificação coletiva para esse grupo específico, como mostram os excertos a seguir:

- (4) *Os tucanos* também tiveram sua cota de acrobacia no trato das manifestações. (*CartaCapital*, R1, p. 16).
- (5) Em seu plano de embaralhar o impeachment e as manifestações, o *PSDB* contou com o costumeiro apoio da mídia. (*CartaCapital*, R1, p. 17).
- (6) Para acalmar *os opositores*, Zavascki solicitou um novo parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, inicialmente contrário à ideia. (*CartaCapital*, R1, p. 16).

É importante destacar também a operação ideológica que envolve a exclusão dos atores sociais nas reportagens. Chamam atenção principalmente as reportagens “Sobre marchas e contramarchas” (R4-*CartaCapital*) e “A era da fúria” (R5-*CartaCapital*) que incluem apenas a representação dos manifestantes. Em R4-*CartaCapital*, a exclusão dos atores sociais políticos ocorre por encobrimento, colocando “os políticos” em segundo plano. Já R5-*CartaCapital* apresenta a supressão total dos atores sociais políticos envolvidos no evento social. O foco das reportagens está na representação e identificação dos manifestantes. É construída, então, uma imagem negativa daqueles que estão envolvidos nas manifestações a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, o que contribui, mesmo que indiretamente, para um posicionamento favorável ao governo da presidenta.

Outro fator peculiar das reportagens de *CartaCapital* diz respeito à representação de Dilma Rousseff como “presidenta”, diferentemente do modo como ocorre nas reportagens de *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, que a representam como “presidente”. A escolha pelo termo “presidenta” reflete um posicionamento ideológico favorável à luta pela igualdade de gênero. Essa marca de gênero no discurso está associada a uma questão de luta social contra a hegemonia de

gênero, uma forma de resistência à assimetria de poder presente no uso do masculino genérico. A escolha lexical de *CartaCapital* também traduz a luta pelo reconhecimento da conquista marcante de uma mulher na presidência do país.

No caso das revistas, essa escolha também está fortemente associada a questões ideológicas político-partidárias. Ao optar pelo uso de “presidenta”, a revista *CartaCapital* evidencia seu posicionamento favorável às correntes político-ideológicas e partidárias associadas à Dilma Rousseff e seu governo. Nas reportagens, ainda que haja uma construção negativa em torno das ações da presidenta (cf. subseção 4.2.2.1), há um posicionamento explícito, por exemplo, contra as manifestações pró-*impeachment*. Já o uso de “presidente” nas outras revistas corrobora o posicionamento desfavorável ao governo de Dilma e ao PT. Nesse sentido, o modo de representação de Dilma Rousseff denota explicitamente aspectos relacionados aos posicionamentos político-partidários das revistas.

3.2 A representação de atores sociais do campo político em *Época*

Apesar da representação frequente de atores sociais por meio da nomeação e funcionalização (um aspecto peculiar da representação de líderes políticos no gênero), as reportagens da revista *Época* se destacam pela recorrência de representação por coletivização. De modo geral, as quatro reportagens analisadas constroem uma identificação coletiva, com foco em líderes políticos filiados ao PT. A coletivização é usada como recurso para universalizar e legitimar representações particulares para líderes políticos associados ao PT:

- (7) *As investigações da Lava Jato convergem inexoravelmente ao PT (...)* (*Época*, R1, p. 33).
- (8) *Ao longo da semana, as investigações da Operação Lava Jato, que até então atingiam principalmente as siglas da base aliada, chegaram ao coração do PT.* (*Época*, R2, p. 37).

Nos exemplos (7) e (8), é possível interpretar a identificação negativa atribuída ao PT como um partido associado a atividades de corrupção. Nesse caso, a coletivização cria um efeito de sentido potencial para associar esse mesmo modo de identificação a qualquer líder político que pertença ao partido.

Outro fator importante diz respeito à categorização por identificação relacional. As reportagens frequentemente representam Dilma Rousseff e Lula de modo relacional, segundo sua filiação ao PT:

- (9) As provas mais recentes e robustas, que resultaram em ações como a prisão de Duque, um personagem capital no petrolão, detalham a operação *do partido de Dilma e Lula* no esquema. (*Época*, R1, p. 33-34).
- (10) É o círculo do fisiologismo, sustentado pelos *governos petistas de Lula e Dilma*. (*Época*, R1, p. 34).

A identificação relacional se refere ao modo como atores sociais são representados a partir de suas relações pessoais e sociais. Nos exemplos, em especial o excerto (09), que se refere ao PT como o “partido de Dilma e Lula”, a identificação desses atores sociais é construída recorrentemente a partir de sua relação com o partido. O mesmo ocorre na representação de outros atores sociais, como exemplificam os fragmentos (11) e (12):

- (11) Completando o triunvirato da encrenca do *PT com a Lava Jato está José Dirceu*, ex-ministro de Lula condenado pelo mensalão. (*Época*, R1, p. 35).
- (12) Pela inabilidade política *de seus líderes, como o ministro Aloizio Mercadante*, as relações com o Congresso se azedaram ainda mais. (*Época*, R2, p. 37).

Dessa maneira, a representação de José Dirceu e Aloizio Mercadante está associada à identificação atribuída a líderes do PT. Sendo essa uma construção negativa, a identificação relacional acaba por desfavorecer a imagem social e política desses atores sociais.

Em R3-*Época* e R4-*Época*, que traçam narrativizações de atores sociais específicos – Aloizio Mercadante e Cid Gomes, respectivamente –, há uma maior recorrência de representação por nomeação ou por funcionalização. Esse tipo de representação, portanto, tornam esses atores sociais focos da identificação. Como são políticos aliados ao PT, ao terem uma identificação negativa construída nas reportagens, sua representação também pode reforçar a imagem negativa produzida para o partido.

A exclusão também tem efeito potencial nas reportagens de *Época*, porque suprime a representação de líderes políticos da oposição. Não há nenhuma menção a líderes do PSDB, por exemplo. Em R1-*Época*, por exemplo, as investigações de corrupção na Petrobras são

associadas apenas ao PT e a alguns líderes políticos específicos filiados ao partido. Esse é um dado relevante, porque a ausência desses atores sociais tende a reforçar uma identificação negativa para os líderes do PT como políticos exclusivamente corruptos. Além disso, a exclusão desses atores ofusca sua agência, bem como os destituem de uma identificação negativa.

3.3 A representação de atores sociais do campo político em *IstoÉ*

As reportagens de *IstoÉ* são marcadas, em primeira instância, pela recorrência de inclusão por personalização, já que dentre as sete reportagens analisadas, cinco constroem modos de identificação para atores sociais específicos. A personalização ocorre não só por meio da nomeação e da categorização por funcionalização, mas também, de modo frequente, a partir da categorização por identificação. Alguns líderes políticos são classificados usualmente por sua filiação política:

- (13) Do total faturado pela JD Assessoria e Consultoria, empresa do *petista*, mais de R\$ 6 milhões foram pagos por companhias acusadas de formação de cartel para vencer licitações fraudadas na estatal. (*IstoÉ*, R2, p. 44).
- (14) Aponta-se ainda a necessidade de se investir na publicidade feita na cidade de São Paulo, administrada pelo *petista* Fernando Haddad. (*IstoÉ*, R6, p. 59).

Ao serem representados como exemplificam os excertos acima, esses atores sociais tem sua identidade definida e determinada pela sua filiação partidária. Como a revista deixa explícito um posicionamento contrário ao PT e a partidos aliados, essa classificação é potencial na construção de um posicionamento também contrário a esses líderes políticos. A classificação é, portanto, um processo importante de significação, em que posicionamentos mais explícitos são marcados.

Em outros casos, há a ocorrência de líderes políticos identificados de modo pontual. Como a edição segue uma temática metafórica que constrói o cenário político atual como similar ao período imperial no Brasil, alguns atores sociais políticos são constantemente identificados a partir dessa construção metafórica:

- (15) Na ocasião, Lula – uma espécie de *imperador dos petistas* – justificou o veto como uma medida para evitar milhares de desempregos. (*IstoÉ*, R1, p. 40).
- (16) Na terça-feira 17, Dilma se encontrou com o *rei sem trono*, o ex-presidente Lula (...). (*IstoÉ*, R3, p. 51).
- (17) O País vai mal e a *rainha encastelada* não ceifa ministérios (...). (*IstoÉ*, R3, p. 50-51).

É possível observar que esse tipo de identificação é mais comum à representação de Dilma Rousseff e de Lula, como mostram os fragmentos acima, em especial em R3-*IstoÉ*, que constrói uma narrativização identitária mais específica em torno da representação da presidenta. A identificação de Dilma como “rainha” e de Lula como “imperador” ou “rei”, apesar de ser uma construção identitária pontual, contribui para reforçar uma identificação negativa mais recorrente. A categorização por identificação, nesse caso, marca a atribuição de valores negativos e depreciativos em relação às ações e habilidades políticas dos atores sociais representados, o que pode ser observado nitidamente na representação da presidenta.

É relevante apontar que as reportagens também se utilizam frequentemente da representação por especificação – a coletivização, como mostram os segmentos a seguir:

- (18) Uma década passou e o *PT* não atualizou suas ideias. (*IstoÉ*, R3, p. 51).
- (19) O ex-governador seguiu a artilharia, dessa vez contra o *PMDB* (...). (*IstoÉ*, R4, p. 55).

Do mesmo modo que as reportagens em *CartaCapital* e *Época*, esse modo de representação constrói uma identificação coletiva para líderes políticos associados, em especial, ao PT. Portanto, consiste numa estratégia significativa para legitimar uma identificação negativa coletiva para esses atores sociais.

A menção a atores sociais ligados à oposição política ocorre apenas na reportagem “Dilma encastelada”, a partir da representação por nomeação e funcionalização, como mostra os trechos abaixo:

- (20) Para ficar no campo da realeza, há alguns dias o *ex-presidente Fernando Henrique Cardoso* disse que “o rei está nu”, numa alusão às feridas escancaradas do governo. (*IstoÉ*, R3, p. 51).
- (21) Na semana passada, o *senador João Capiberibe* (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma cleptocracia”. (*IstoÉ*, R3, p. 51).

Como explica Rajagopalan (2003), o processo de nomeação é um ato inerentemente político, usado pela mídia para construir posicionamentos favoráveis ou contrários a personalidades particulares. Esses modos de representação dão visibilidade aos atores sociais e constituem uma estratégia potencial de reforço da identificação que é construída a eles/as. Em (20) e (21), a personalização é usada não só para evidenciar as vozes de Fernando Henrique e João Capiberibe, mas também para favorecer a imagem desses atores sociais como autoridades discursivas. Isso certamente contribui para a legitimação de posicionamentos político-partidários específicos.

3.4 A representação de atores sociais do campo político em *Veja*

Assim como na revista *IstoÉ*, as reportagens da revista *Veja*, representam de modo recorrente líderes políticos a partir da classificação – um mecanismo de categorização por identificação. Essa classificação usualmente ocorre a partir da referência à filiação político-partidária:

(22) Eduardo Cunha conquistou a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro, contra a vontade da *petista* [Dilma Rousseff]. (*Veja*, R1, p. 53).

(23) Dilma não tem força para confrontar o *peemedebista* [Eduardo Cunha] ou impor-se no Congresso. (*Veja*, R1, p. 53).

Os fragmentos acima exemplificam algumas das ocorrências desse modo de representação, que não só acentua a filiação partidária dos atores políticos, mas coloca em evidência as relações que envolvem as lutas hegemônicas do contexto político-ideológico e partidário. A identificação por classificação também pode ser encontrada a partir de termos com significações pejorativas e depreciativas, importantes na identificação particular de certos atores sociais, como na representação de José Dirceu e Lula nos trechos abaixo:

(24) Outras empreiteiras ampliaram exponencialmente seus negócios após recorrer aos préstimos do mensaleiro [José Dirceu]. (*Veja*, R4, p. 53).

(25) Lá, sem esconderem a condição de lobistas [José Dirceu e Lula], tiveram encontros com o presidente do país e ministros de Estado. (*Veja*, R4, p. 53).

Em (24), José Dirceu é representado como “mensaleiro”, termo pejorativo usado pela revista (e por boa parte da mídia jornalística) para representar líderes políticos envolvidos na ação penal 470, conhecida como “mensalão”. Essa forma de representação faz parte da construção de uma identificação relacional entre o ator social e o PT, enfatizando seu envolvimento em atividades de corrupção. A escolha lexical, nesse caso, é potencial para a legitimação de uma construção identitária pejorativa e deslegitimada. Sentido semelhante pode ser observado no exemplo em (25), em que José Dirceu e Lula são representados pelo termo “lobistas”, um conceito usado comumente com sentido negativo também associado a atividades de corrupção.

Outra forma recorrente de representação é a impersonalização por objetivação, por meio da referência institucional. A impersonalização é usada como uma estratégia de referência a líderes políticos específicos a partir de sua relação institucional. Os excertos abaixo dão alguns exemplos dessa forma de representação:

- (26) Sendo assim, ao enfraquecimento do *Poder Executivo*, materializado na reprovação recorde da *presidente Dilma Rousseff*, sobreveio o imediato fortalecimento do *Legislativo* – embalado na figura até há pouco desconhecida de *Cunha*. (Veja, R1, p. 53).
- (27) A central de trapalhadas em que se transformou o *Executivo* ajuda muito a ressurgência do *Congresso*. (Veja, R1, p. 53).
- (28) Mais do que um sinal de desprezo ao ajuste fiscal proposto pelo *Palácio do Planalto*, a iniciativa embute uma esperteza e um tremendo senso de oportunismo. (Veja, R3, p. 53).

Nas reportagens, a referência ao “Poder Executivo”, “Palácio do Planalto” e “governo” corresponde principalmente à presidenta Dilma Rousseff, enquanto outras referências institucionais, como “Legislativo” e “Congresso”, correspondem a outros atores sociais, em especial, Eduardo Cunha. Nesse sentido, a representação por impersonalização ressalta o papel político e institucional dos líderes representados.

Esse modo de representação constitui uma estratégia de identificação. Em (27), por exemplo, as ações do “Executivo”, avaliadas de modo negativo, remetem às ações da presidenta e de líderes políticos aliados, narradas e interpretadas anteriormente. Assim, a impersonalização constitui mais uma das formas particulares para representar e identificar certos líderes políticos.

Com relação à coletivização, como nas outras revistas, há a recorrência de menções a líderes políticos a partir da referência ao grupo partidário. Em *Veja*, essa estratégia contribui em especial para a representação e identificação de líderes do PT e do PMDB, que são focos de representação e identificação na edição:

(29) Orientado por ele, o *PMDB* ameaçou abandonar a base governista. (*Veja*, R1, p. 53).

(30) *Os radicais do PT* estão vibrando com o episódio. (*Veja*, R5, p. 53).

A representação de líderes políticos por meio de seu partido favorece a legitimação de posicionamentos partidários específicos. Além disso, como observado nas outras análises de representação, a coletivização constitui identificações coletivas para os atores políticos que pertencem ao mesmo grupo partidário.

Dentre as escolhas de representação, também pode ser verificado que não há menção qualquer a líderes políticos da oposição. Isso contribui para o ofuscamento de suas ações e para desprovê-los de uma construção identitária específica, o que pode favorecer um posicionamento favorável a seus interesses.

3.5 Efeitos da representação de atores políticos sobre a narrativização identitária

A construção de narrativas jornalísticas que partem de atores sociais específicos pode ter um efeito potencial na legitimação de representações e identificações específicas. As narrativizações identitárias em reportagens, principalmente quando têm como foco o ator social representado, podem contribuir para a manutenção ou mudança de posicionamentos e interesses particulares. A análise da representação de atores sociais aponta efeitos potenciais sobre a construção de narrativizações e sobre modos de identificação específicos para certos líderes políticos.

A nomeação e funcionalização são formas de legitimar o poder de líderes políticos, seja pela valorização do papel que desempenham na sociedade, seja pela construção de uma identificação única. Essas formas de representação são umas das maneiras usadas pelas empresas de comunicação para dar visibilidade a personalidades públicas e, nesse caso, também políticas, consolidando seu poder na sociedade. A impersonalização também pode

contribuir para realçar as relações políticas institucionais dos atores sociais, o que certamente reforça relações de poder.

A especificação por coletivização é uma estratégia potencial na construção de uma identificação unificada e compartilhada para grupos partidários. Quando a identificação é negativa para o PT, por exemplo, isso influencia numa mesma identificação para líderes específicos aliados ao partido.

A classificação por meio da categorização por identificação contribui para criar rótulos depreciativos para certos líderes políticos. Em outros casos, evidencia o cenário de lutas hegemônicas entre posições político-partidárias, já que acentua uma identificação particular por meio da classificação segundo a filiação a partidos específicos.

Já a exclusão de determinados atores sociais em algumas narrativas são significativas por encobrir a agência e responsabilidade ou por destituí-los de uma identificação negativa. De modo geral, tanto a exclusão como a inclusão tem significações potenciais na construção de narrativizações identitárias particulares e na sustentação de relações de poder que envolvem o contexto político-ideológico.

Nesse sentido, podemos considerar que a representação é uma importante estratégia para a construção de narrativizações identitárias para atores sociais do campo político no gênero reportagem. Essas narrativizações, por sua vez, podem “vender” personalidades, ideias e valores que legitimam relações de poder e lutas hegemônicas travadas nas relações partidárias.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos discutir sobre efeitos potenciais da representação de atores sociais sobre a narrativização identitária de políticos brasileiros no gênero reportagem. O modo como atores sociais políticos são representados pode contribuir para a construção de identificações particulares e, mais do que isso, para influenciar ações e práticas políticas, inclusive posicionamentos partidários e processos eleitorais.

As análises apontaram que, na narrativização identitária, as estratégias de representação servem à construção de identificações individuais e coletivas. As representações individuais dão visibilidade a ações de certos líderes políticos e realçam relações de poder, ao evidenciar os papéis políticos e sociais desses atores. Também podem criar rótulos depreciativos ou reforçar identificações já consolidadas. Já as representações

coletivas legitimam e universalizam identificações unificadas para membros de certos partidos políticos e grupos particulares. Uma identificação negativa para certo grupo partidário, por exemplo, incide sobre a identificação de todos os membros políticos de tal partido. Por isso, a coletivização tem papel fundamental na construção de narrativizações que visam legitimar identificações específicas para determinados grupos e partidos políticos.

Outro fator potencial da representação é a ausência de determinados atores sociais na narrativa da reportagem. Esse recurso encobre a ação e responsabilidade desses atores, assim como os destitui de uma identificação específica. Dessa forma, esses modos de representação podem influenciar não somente posicionamentos (des)favoráveis a esse ou aquele ator social, mas também posicionamentos ideológicos e partidários.

As análises, por conseguinte, contribuíram para a compreensão de modos pelos quais a representação e a construção de identificações no gênero reportagem podem servir a interesses e posicionamentos particulares. Ao construir representações e identificações negativas ou positivas para certos políticos brasileiros, o gênero se torna potencial na legitimação de ideias, valores e projetos a favor de relações assimétricas de poder e das lutas hegemônicas que configuram o cenário político e partidário.

Com este trabalho, buscamos contribuir com o cenário de pesquisas numa perspectiva crítica e libertária. Ao desvelar representações ideológicas em gêneros e apontar possíveis efeitos sobre as práticas sociais, pesquisas como esta buscam contribuir com práticas de resistência, na qual sujeitos podem se engajar em práticas discursivas de embate aos posicionamentos e representações sustentados por instituições particulares.

Consideramos que a análise crítica do gênero reportagem pode contribuir para a conscientização a respeito das relações e dos compromissos ideológicos que atravessam a produção de gêneros jornalísticos. Pode também incentivar a participação política crítica e efetiva, bem como contribuir para a transformação social, incentivando o embate aos interesses das mídias hegemônicas.

Recebido em: março de 2016
Aprovado em: maio de 2016

amanda_yea@hotmail.com
limasostenes@gmail.com

Referências bibliográficas

- BONINI, A. Análise crítica de gêneros jornalísticos. 2012. SBJor. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov. 2012. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1776/292>>
- _____. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *Revista brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011.
- FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.
- _____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- MARTIN, J.R.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave, 2005.
- MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-107.
- MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VAN LEEUWEN, T. A representação de atores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.